

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS**

**Balanço Orçamentário, Demonstrações
Financeiras e Notas Explicativas em 31
de março de 2018.**

Sumário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	03
BALANÇO PATRIMONIAL	04
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	05
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	06
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	08
NOTAS EXPLICATIVAS	09



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS

Balanco Orçamentário
Período findo em 31 de março de 2018
(Em milhares de reais)

Receitas	Previsão no Ano		Executado		Previsão no Ano		Executado		
	Original (a)	Ajustado (b)	% (b/a)	% (c/a)	(c)	% (b/a)	(c)	% (c/b)	
Receitas correntes	175.205	174.060	-0,7%	20,6%	36.057	20,7%	28.656	15,2%	14,0%
Contribuição social ordinária - CSO	107.087	107.087	0,0%	28,6%	30.614	28,6%	13.628	24,3%	24,3%
Contribuição social do nacional - CSN	33.159	35.091	5,8%	6,1%	2.035	5,8%	9.245	10,2%	9,2%
Convênios com parceiros	6.760	6.604	-2,3%	2,1%	140	2,1%	4.437	14,8%	12,3%
Aplicações financeiras	7.800	4.500	-42,3%	15,4%	1.204	26,8%	2.484	0,0%	21,8%
Empresas beneficiadas	19.600	19.978	1,9%	8,9%	1.737	8,7%	805	9,0%	8,1%
Outras receitas	800	800	0,0%	40,9%	327	40,9%			
Déficit corrente					-		7.401		
Receitas de capital				0,0%		0,0%		68,9%	
Alienação de bens	-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	1.446	68,9%	68,9%
Operações de crédito	-	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saldo financeiro de exercícios anteriores	16.317	34.956	114,2%	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receitas totais	191.521	209.015	9,1%	18,8%	36.057	17,3%	30.102	15,7%	14,4%
Déficit total					-		5.955		
Total geral de receitas	191.521	209.015	9,1%	18,8%	36.057	17,3%	36.057	18,8%	17,3%
Total geral de despesas	191.521	209.015	9,1%	18,8%	36.057	17,3%	36.057	18,8%	17,3%

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS

Balancos Patrimoniais em 31 de março de 2018 e dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.155	59.930	Passivo circulante			
Numerários vinculados a programas e projetos	5	97	4.584	Remunerações e encargos	12	2.958	3.039
Créditos a receber	6	3.966	2.826	Obrigações tributárias	13	490	1.206
Convênios a executar	7	3.462	3.995	Contas a pagar a fornecedores e outras	14	918	2.123
Créditos com o Sistema SEBRAE	8.a	8.938	21.286	Serviços a executar	14	4.230	2.107
Outros créditos	9	563	977	Obrigações trabalhistas	15	5.968	7.683
				Obrigações com o Sistema SEBRAE	8.b	97	4.584
Total do ativo circulante		93.181	93.598	Total do passivo circulante		14.661	20.742
Ativo não circulante							
Depósitos realizáveis	16	1.458	1.412	Passivo não circulante			
Aplicações de longo prazo	10	5.852	4.349	Provisões para contingências	16	5.639	5.929
Outros créditos	9	374	496	Total do passivo não circulante		5.639	5.929
Investimento	11	158	158	Total do passivo exigível		20.300	26.671
Imobilizado	11	10.237	9.472	Patrimônio líquido	17		
Intangível		362	426	Superávits acumulados		76.832	63.868
Total do ativo não circulante		18.441	16.313	Superávit do exercício		8.081	12.923
				Ajuste de avaliação patrimonial		6.409	6.449
Total do ativo		111.622	109.911	Total do patrimônio líquido		91.322	83.240
				Total do passivo e do patrimônio líquido		111.622	109.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Contribuição social ordinária (CSO)	8.c e 18	30.614	25.914
Contribuição social nacional (CSN)	8.c e 18	2.035	6
Receitas empresas beneficiadas	19	1.734	1.802
Receitas de convênios , Subvenções e auxílios financeiros	20	140	186
Outras receitas operacionais	21	2.600	2.421
Total das Receitas		37.123	30.329
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	22	(13.628)	(12.831)
Serviços profissionais e contratados	23	(9.245)	(7.392)
Custos e despesas de operacionalização	24	(4.437)	(3.646)
Encargos diversos		(264)	(344)
Despesas com transferências e com programas e convênios	25	(1.461)	(618)
Despesas com provisões		(728)	(715)
Depreciação e amortização		(394)	(435)
Outras despesas operacionais		-	(8)
Total de Despesas		(30.157)	(25.989)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		6.966	4.340
Receitas Financeiras		1.204	2.014
Despesas financeiras		(89)	(68)
Resultado Financeiro Líquido	26	1.115	1.946
Superávit do exercício		8.081	6.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Superávit do exercício	<u>8.081</u>	<u>6.286</u>
Resultado abrangente total	<u>8.081</u>	<u>6.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do período	Avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	44.167	19.545	6.605	70.317
Incorporação do superávit do exercício anterior	19.545	(19.545)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	39	-	(39)	-
Superávit do período	-	6.286	-	6.286
Saldo em 31 de março de 2017	63.751	6.286	6.566	76.603
Saldo em 1º de janeiro de 2018	63.868	12.923	6.449	83.240
Incorporação do superávit do exercício anterior	12.923	(12.923)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	40	-	(40)	-
Superávit do exercício	-	8.081	-	8.081
Saldo em 31 de março de 2018	76.831	8.081	6.409	91.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Superávit do exercício	8.081	6.286
Ajustes no resultado:		
Depreciação e amortização	394	435
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(151)	180
Provisão para contingências	(290)	(203)
Baixa de investimento	-	-
Baixa de ativo imobilizado	(1)	(7)
	8.033	6.691
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	(989)	(1.781)
Numerários vinculados a programas e projetos	4.487	258
Convênios a executar	533	190
Créditos com o Sistema SEBRAE	12.348	(2.213)
Outros créditos circulantes	537	(201)
Aplicações de longo prazo	(1.503)	-
Depósitos realizáveis	(46)	(27)
	15.367	(3.774)
Aumento (redução) nos passivos		
Remunerações, encargos e obrigações tributárias	(797)	(1.019)
Obrigações com convênios e contratos	-	(279)
Contas a pagar a fornecedores e outras	(1.205)	1.278
Serviços a executar	2.123	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(4.487)	(2.360)
Obrigações trabalhistas	(1.715)	-
	(6.081)	(2.380)
Fluxo de caixa líquido decorrentes das atividades operacionais	17.319	537
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(1.094)	(32)
Adições ao ativo intangível	-	-
Adições ao ativo investimento	-	-
Fluxo de caixa decorrentes das atividades de investimento	(1.094)	(32)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	16.225	505
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	76.155	63.469
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	(59.930)	(62.964)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	16.225	505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Sete de Setembro, 555 – Centro Histórico – Porto Alegre/RS.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RS constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RS recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL;
- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS;
- Caixa Econômica Federal;
- Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - CIERGS;
- Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul - SEDAI;
- Banco do Brasil S/A;
- Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL;
- Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL;
- Federação Do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul - FECOMÉRCIO;
- SEBRAE / Nacional;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Sul - SENAI/RS;
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Sul - SENAR/RS;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul - FCDL/RS;
- Badesul Desenvolvimento - Agência de Fomento/RS.

O SEBRAE/RS é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal e, portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, a Entidade possui Declaração de Imunidade expedida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do NBC TG 27 (R4) (nota explicativa nº11), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

a. Pressuposto Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae -RS conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2018/2019. A CSO/CSN representam mais de 80% das receitas da Entidade.

O Sebrae - RS apresentou um Resultado Patrimonial de R\$ 8.081 mil para o período de três meses findo em 31 de março de 2018 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 78.520 mil.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado, provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 16) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 27). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

2.2.1 Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas,

que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

3.1 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com a transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao da competência (Nota Explicativa nº 18). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 20).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

3.2 Instrumentos financeiros não derivativos

3.2.1 Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do

reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

3.2.2 Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 14)

3.2.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.3 Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

3.4 Imobilizado

3.4.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do NBC TG 27 (R4) (custo atribuído).

3.4.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

3.4.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa de depreciação estimada pelo método linear
Edificações	2% ao ano, pelo método linear
Veículo	20% ao ano, pelo método linear
Móveis e utensílios	10% ao ano, pelo método linear
Máquinas e equipamentos	10% ao ano, pelo método linear
Instalações	10% ao ano, pelo método linear
Benfeitorias em prédio de terceiros	20% ao ano, pelo método linear
Equipamentos de informática	20% ao ano, pelo método linear
Sistemas aplicativos	20% ao ano, pelo método linear

3.5 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (Nota Explicativa nº 11)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no NBC TG 25 (R2) e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 16).

3.8 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 12).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio Grande do Sul – SEBRAE/RS é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/RS reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/RS contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 27).

3.9 Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo (Nota Explicativa nº 20).

3.10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48.

Desta forma a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 27).

3.10.1 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 31).

3.10.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16).

3.10.3 Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3,33% a 33,34%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	40	39
Contas correntes bancárias (i)	1	51
Aplicações financeiras de liquidez imediata (ii)	<u>76.211</u>	<u>64.424</u>
	<u>76.252</u>	<u>64.514</u>
(-) Recursos financeiros vinculados a projetos e convênios	<u>(97)</u>	<u>(4.584)</u>
Total	<u>76.155</u>	<u>59.930</u>

(i) **Contas correntes bancárias**

São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no período findo em 31 de março 2018 e do exercício findo de 31 de dezembro de 2017, encontra-se a seguir descrita.

Instituição financeira	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	1	0
Banrisul	<u>0</u>	<u>51</u>
Total	<u>1</u>	<u>51</u>

(ii) **Aplicações financeiras de liquidez imediata**

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Instituição financeira	Modalidade	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	FIF Milênio	75.646	64.280
Banco Sicredi	CDB	27	26
Banrisul	CDB	741	133
(-) Provisão imposto de renda (*)		<u>(203)</u>	<u>(15)</u>
Total		<u>76.211</u>	<u>64.424</u>

(*) refere-se a estimativa de provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado. As aplicações financeiras são imediatamente conversíveis em dinheiro e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

5 Numerário vinculados a programas e projetos

Instituição financeira	Nome convênio	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	CSN	97	4.584
Total		<u>97</u>	<u>4.584</u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RS, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RS. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios.

6 Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	5.473	4.256
Cheques e cartão (ii)	5	6
(-) Provisão para perdas com clientes (iii)	<u>(1.512)</u>	<u>(1.436)</u>
Total	<u>3.966</u>	<u>2.826</u>

(i) Valores a receber referente a operações de venda de produtos e cursos. Para melhor entendimento houve adequação na nomenclatura da conta sem prejuízo de comparabilidade (valores a receber em 2016).

(ii) Referem-se a cheques e cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados.

(iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro vencidos a mais de 180 dias.

7 Convênios a executar (i)

Refere-se a saldos de recursos resultantes de adiantamentos por conta de convênios, ainda não utilizados pelos parceiros, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Associação Antônio Viera - UNISINOS/ GSI	411	384
FCDL - Federação das Câmaras de Lojistas do RS	314	314
IEITEC Instituto de Incubação Empresarial e Tecnologias	289	384
Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR	243	251
Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS - FEENG	230	223
UBEA/PUC - União Brasileira de Educação e Assistência	224	260
Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha	196	147
FURG - Fundação de Apoio a Univerisidade do Rio Grande	156	56
Fundação Dom Antônio Zattera	153	153
FIERGS - Federação das Industrias do Estado do RS	152	439
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	148	274
FAURGS - Fundação de Apoio da UFRGS	136	193
Fundação Luiz Englert	123	84
FIDENE - Fun de Integração Desenvolvimento e Educação	113	156
Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional	84	84
Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social	61	67
FULBRA - Incubadora Tecnológica da ULBRA	59	74
Universidade Federal do PAMPA	57	96
Outros parceiros	313	356
Total	3.462	3.995

(i) para melhor entendimento houve adequação na nomenclatura da conta sem prejuízo de comparabilidade (adiantamentos concedidos em 2017).

8 Transações com o Sistema SEBRAE.

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Créditos com o sistema SEBRAE
- Obrigações com Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição Social Ordinária a receber (i)	8.938	18.100
Contribuição Social Nacional a receber	-	3.186
Total	8.938	21.286

(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias – CSO”. O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 foi recebido no início do exercício de 2018. Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2018 a 2019 e do orçamento de 2018 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição Social SEBRAE Nacional a devolver (i)	97	4.584
Total	97	4.584

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	30.614	113.574
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>2.035</u>	<u>26.403</u>
Total	<u>32.649</u>	<u>139.977</u>

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Salários	346	1.664
Custo de aposentadoria de contribuição definida	23	95
Outros benefícios de longo prazo	<u>13</u>	<u>54</u>
Total	<u>382</u>	<u>1.813</u>

9 Outros créditos

O grupo do circulante é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos, relativo à contribuição social a receber do exercício anterior e não circulante pelo convênio com a Associação Garantia de Crédito da Serra Gaúcha, conforme apresentado a seguir:

Circulante	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a empregados e a terceiros	<u>563</u>	<u>977</u>
Total	<u>563</u>	<u>977</u>
Não - Circulante	31/03/2018	31/12/2017
Associação Garantia de Crédito da Serra Gaúcha	<u>374</u>	<u>496</u>
Total	<u>374</u>	<u>496</u>

10 Aplicações de longo prazo (i)

Refere-se aplicação em fundo de investimento em participação -FIP destinados a investimentos de Empresas de pequeno porte cujas cotas estão registradas a valor de custo de aquisição atualizado pelo seu respectivo rendimento.

Circulante	31/03/2018	31/12/2017
Fundo CRP Empreendedor	<u>5.852</u>	<u>4.349</u>
Total	<u>5.852</u>	<u>4.349</u>

(i) para melhor entendimento houve adequação na nomenclatura da conta sem prejuízo de comparabilidade (ativos financeiros em 2017).

11 Ativo imobilizado e intangível

A seguir a composição do ativo imobilizado para o período findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Custo Contábil					
Terreno	-	1.500	-	-	1.500
Edificações	2%	8.440	-	-	8.440
Móveis e utensílios	10%	2.091	52	-	2.143
Veículos e Assessórios	20%	116	-	-	116
Máquinas/equipamentos	10%	2.826	13	(1)	2.838
Equipamentos de informática	20%	7.969	1.029	-	8.998
Instalações	10%	2.810	-	-	2.810
Obras de Arte	-	32	-	-	32
Benfeitorias em prédios de terceiros	20%	1.089	-	-	1.089
Total do Custo		26.873	1.094	(1)	27.966
Depreciação acumulada					
Terreno					
Edificações		(2.999)	(57)	-	(3.056)
Móveis e utensílios		(1.872)	(16)	-	(1.888)
Veículos e Assessórios		(87)	(6)	-	(93)
Máquinas/equipamentos		(1.907)	(40)	-	(1.947)
Equipamentos de informática		(6.682)	(203)	-	(6.885)
Instalações		(2.765)	(6)	-	(2.771)
Benfeitorias em prédios de terceiros		(1.089)	-	-	(1.089)
Total da depreciação acumulada		(17.401)	(328)	-	(17.729)
Total líquido		9.472	766	(1)	10.237
Amortização acumulada					
Marcas					
Sistemas aplicativos	20%	3.707	-	-	3.707
Total		3.722	-	-	3.722
Amortização acumulada					
Marcas		-	-	-	-
Sistemas aplicativos		(3.296)	(64)	-	(3.360)
Amortização acumulada		(3.296)	(64)	-	(3.360)
Total líquido		426	(64)	-	362

12 Remuneração e encargos (i)

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	1.708	1.710
Encargos sociais a pagar	1.023	1.107
Consignações da folha de pagamento	227	222
Total	2.958	3.039

(i) para melhor entendimento houve adequação na nomenclatura da conta sem prejuízo de comparabilidade (benefícios a empregados de curto prazo em 2017).

13 Obrigações tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de empregados, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF s/salários a recolher	319	678
IRRF s/serviços PJ e PF a recolher	29	101
ISS s/serviços PJ a recolher	27	60
INSS s/serviços PJ a recolher	40	48
PIS/COFINS/CSSL s/serviços PJ a recolher	49	268
PIS s/folha de pagamento a recolher	26	51
Total	490	1.206

14 Contas a pagar a fornecedores e outras

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	781	1.987
Depósitos cauções	130	130
Diárias a pagar	7	6
Serviços a executar – (i)	4.231	2.107
Total	5.149	4.230

(i) Para fins de transparência dos saldos contábeis e melhor entendimento quanto ao registro das operações, nesse trimestre, os valores da conta "Clientes a Faturar" foram reclassificados para a conta "Serviços a Executar". Essa conta, corresponde aos pedidos emitidos, onde o faturamento (reconhecimento na receita) ocorre de acordo com a entrega dos serviços ao cliente.

15 Obrigações trabalhistas*

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Provisões para férias e encargos – (i)	5.322	5.587
Remuneração variável – (ii)	646	2.096
Total	5.968	7.683

(i). Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e forma constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal.

(ii). Corresponde à provisão do valor a pagar relativo à participação nos resultados (remuneração variável).

* Para melhor entendimento houve adequação na nomenclatura da conta sem prejuízo de comparabilidade (provisão sobre folha de pagamento em 2017).

16 Provisões para contingências

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/RS como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos Judiciais		Processos Judiciais	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos trabalhistas	1.458	1.412	5.153	5.443
Riscos cíveis			486	486
Total	1.458	1.412	5.639	5.929
Saldo líquido			4.181	4.517

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/RS.

O SEBRAE/RS possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Riscos trabalhistas	231	298
Riscos cíveis	810	825
Total	1.041	1.123

17 Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit acumulado	76.832	63.868
Superávit (déficit) do exercício	8.081	12.923
Ajuste de avaliação patrimonial	6.409	6.449
Total	91.322	83.240

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do NBC TG 27 (R4), sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

18 Receitas com contribuição social

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO	30.614	25.914
Contribuição Social Nacional – CSN	2.035	6
Total	32.649	25.920

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/RS (IN.37.21). O registro mensal da receita de CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico – SME.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Treinamento	189	654
Consultoria	1.272	849
Feiras	273	299
Total	1.734	1.802

20 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros.

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/RS.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Projetos de Atendimento	16	27
Projetos - Indústria da Moda	112	143
Demais projetos	12	16
Total	140	186

21 Outras receitas operacionais

Neste grupo de contas são registradas as diversas receitas como: Recuperação e restituições, alugueis; reversão de provisões e outras.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Reversão de provisões	2.225	2.076
Rendimento CRP	30	-
Devolução de saldos de convênios	284	267
Recuperação de fornecedores	35	14
Atualização de depósitos judiciais	19	15
Atualização do saldo convênio Garantissera – contrato fundo de risco	1	27
Outras recuperações	6	22
Total	2.600	2.421

22 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Salários e proventos	(6.713)	(6.400)
13º salário	(644)	(607)
Férias	(885)	(813)
Outros gastos com pessoal	(733)	(682)
Encargos trabalhistas	(2.765)	(2.504)
Benefícios	<u>(1.888)</u>	<u>(1.825)</u>
Total	<u>(13.628)</u>	<u>(12.831)</u>

23 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Instrutoria e consultoria	(5.504)	(4.152)
Serviços técnicos especializados	(1.776)	(1.278)
Manutenção, segurança e limpeza	(663)	(530)
Locação de mão de obra	(436)	(360)
Estagiários	(163)	(164)
Organização e promoção de eventos	(649)	(874)
Contratos de patrocínio	-	(30)
Serviços de apoio administrativo	(29)	-
Outros serviços contratados	(21)	-
Encargos sociais sobre serviços	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
Total	<u>(9.245)</u>	<u>(7.392)</u>



24 Custos e despesas de operacionalização.

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Diárias e hospedagem	(609)	(732)
Passagens e transportes	(596)	(277)
Aluguéis e encargos	(1.569)	(1.266)
Divulgação, publicidade e propaganda	(600)	(376)
Serviços gráficos	(104)	(81)
Serviços de comunicação	(286)	(246)
Material de consumo	(363)	(275)
Demais custos e despesa gerais	(310)	(393)
Total	(4.437)	(3.646)

25 Despesas de transferência com programas e convênios.

Nesse grupo são registrados os gastos com transferências e despesas com convênios referentes a programas da entidade. Os valores são executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício, conforme demonstrado a seguir:

Entidades com Prestação de Contas	31/03/2018	31/12/2017
FIERGS – Federação das Indústrias do RS	(440)	(435)
Associação Antonio Vieira - UNISINOS	(162)	-
IEITEC Instituto de Incubação Empresarial e Tecnologias	(155)	-
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	(126)	-
Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha	(123)	-
FIDENE - Fun de Integração Desenvolvimento e Educação	(99)	-
Fundação Apoio Universidade Federal - UFRGS	(57)	-
Fundação Luiz Englert	(51)	-
Universidade Federal do PAMPA	(38)	-
UBEA/PUC - União Brasileira de Educação e Assistência	(36)	-
FULBRA - Incubadora Tecnológica da ULBRA	(34)	-
Empresas beneficiárias de subvenções – INOVA FINEP	-	(159)
Outros	(140)	(24)
Total	(1.461)	(618)



26 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente ao período findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Rendimentos de recursos ordinários	1.204	2.014
(-) despesas financeiras	<u>(89)</u>	<u>(68)</u>
Total	<u>1.115</u>	<u>1.946</u>

27 Cobertura de seguros

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 29 de março de 2019, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 7,5 e a importância segurada de R\$ 5.300.

28 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- * Risco de crédito;
- * Risco de liquidez e
- * Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- * Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- * Contas a receber.
- * Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- * Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	76.155	59.930
Recursos financeiros vinculados a projetos e convênios	97	4.584
Contas a receber de clientes	3.966	2.826
Outros créditos - circulante	563	977
Outros créditos - não circulante	374	496
Créditos com o Sistema SEBRAE	8.938	21.286

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir:

	Valor em	Até
Passivos financeiros não derivativos	31/03/2018	6 meses
Obrigações a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	5.968	5.968
Contas a pagar a fornecedores e outros	5.148	5.148
Obrigações tributárias	490	490
Obrigações com o Sistema SEBRAE	97	97

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que, efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.




Hierarquia do valor justo

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

DERLY CUNHA FIALHO
Diretor-Superintendente
CPF 092.456.770-87

AYTON PINTO RAMOS
Diretor Técnico
CPF 434.327.350-49

CARLOS ALBERTO SCHÜTZ
Diretor de Administração e Finanças
CPF 182.014.740-15


ANDREIA DA SILVA SOARES
Contadora CRC/RS 63.291
CPF 625.720.080-68